
O SENADOR E O BISPO: AS ESTRATÉGIAS DE CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS CARIOCAS DE 2004

Pedro Heitor Barros Geraldo

Os partidos formulam políticas para ganhar eleições, e não ganham eleições para formular políticas

Anthony Downs

Este artigo analisa as estratégias identitárias desenvolvidas pelo candidato Marcelo Bezerra Crivella, bispo da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), e senador da República, eleito em 2002 pelo Partido Liberal, no processo eleitoral para a prefeitura do município do Rio de Janeiro em 2004. Sua participação movimentou várias outras religiões – católicos, assembleianos, espíritas e judeus –, além de atrair a atenção pelo clima excessivamente religioso. Não faltaram críticas vindas de todos os lados condenando o uso do evangelho para fazer política.

A eleição foi palco de um processo em que a religião estava no centro das críticas, mas também ocupava um lugar privilegiado nas estratégias de campanha dos principais candidatos à prefeitura. Não faltaram notícias sobre a “guerra santa” que se travava durante as campanhas dos candidatos. A cobertura jornalística das eleições enfocou cinco candidatos que apareciam com os maiores índices de intenção de voto nas pesquisas: César Maia, Marcelo Crivella, Luiz

Paulo Conde, Jandira Feghali e Jorge Bittar. A ênfase nesse quinteto fez com que os demais concorrentes fossem simplesmente ignorados pelos jornais.

O aspecto religioso se deveu, sobretudo, à participação de Marcelo Crivella. Sua íntima relação com a IURD motivou os jornalistas a questioná-lo desde o início sobre a mistura entre religião e política. Ele redarguia afirmando que “o candidato é o senador do PL, não o bispo da Universal” (Fraga 2004:11), numa tentativa de se distanciar de sua imagem de bispo. Além dele, os principais candidatos também trataram de granjear o apoio das entidades religiosas, com exceção de Jandira Feghali. César Maia esforçou-se para se vincular à Igreja Católica, mas não descurou das outras fés. Luiz Paulo Conde, apoiado pela governadora Rosinha Garotinho, associou-se à Assembleia de Deus. Finalmente, Jorge Bittar também conseguiu apoio da Assembleia de Deus.

A ostensividade e a frequência com que a disputa pelos votos evangélicos se deu fez com que os jornais passassem a avaliar a qualidade da interferência religiosa na política. Na ocasião, não faltaram reportagens sobre o valor dessa imbricação. O diagnóstico era consensual: havia uma mistura indesejada que corroía os debates públicos por trazer à tona questões de fé religiosa. A situação se agravou em torno de Crivella, uma vez que a IURD possui uma conturbada relação com uma grande parcela da opinião pública graças a suas práticas religiosas e a sua investida na política nacional.

Questões começavam a se delinear:

- Como entender a mistura entre política e religião?
- Como compreender a ação ambígua de Marcelo Crivella, que por um lado buscava abençoar fiéis e por outro tentava desvincular sua imagem da IURD?

A resposta brotava espontaneamente sob a clareza das evidências. A mistura unia coisas de natureza distinta, o público e o particular. Crivella mesmo afirmou: “Estou pregando o Evangelho e libertando os escravos” (O Globo 2004a:2).

O jornal *O Globo* foi escolhido para ser analisado por se tratar de uma pesquisa durante o período eleitoral no município do Rio de Janeiro. Considerando que o grande problema se encontrava na mistura fomentada pela participação de Crivella, selecionou-se também o jornal *Folha Universal* editado e distribuído pela Igreja Universal do Reino de Deus.

Marcelo Crivella parece ter obtido algum êxito quanto a seus propósitos, pois ficou em segundo lugar, atrás apenas de César Maia. Segundo informações oficiais do Tribunal Regional Eleitoral, César Maia se elegeu com 50,1% dos votos válidos, totalizando 1.728.853 votos; enquanto Crivella conseguiu 21,8% dos votos válidos, totalizando 753.189 votos. O sucesso deriva da superação de candidatos representantes de partidos mais tradicionais, tais como o PT, o PMDB e o PC do B. Além disso, o número de votos parece apontar para a efetividade da estratégia adotada para se desvincular da IURD, uma vez que, de acordo

com dados do Censo de 2000 do IBGE, existiam 2.101.884 fiéis da IURD no Brasil, representando 11,85% do total de pentecostais no país. Ela aparece em terceiro nas pesquisas atrás somente da Assembleia de Deus e da Congregação Cristã do Brasil. O Rio de Janeiro concentrava cerca de 350.000 fiéis (Jacob et al. 2003:42), isto é, aproximadamente a metade dos votos que Crivella obteve nas eleições.

Para as duas perguntas levantadas acima duas possíveis explicações surgem de início. Primeiramente, a hipótese da reprodução de um *ethos* peculiar da IURD, isto é, Crivella estaria agindo como um religioso de maneira a utilizar o palanque eleitoral para suas pregações. A identidade iurdiana pesaria sobre ele a tal ponto de significar um apagamento da esfera política para a retradução do político em categorias religiosas. A segunda hipótese acena para a possibilidade de uma identidade fragmentária, ou seja, ainda que Crivella seja religioso, muitas de suas ações são puramente políticas e seculares. Isto quer dizer que a esfera política é capaz de se manter autônoma e incólume às investidas religiosas e que o processo de ressemantização obedece a critérios da esfera política e não da religiosa.

1. A reconstrução das campanhas eleitorais

A abordagem das matérias jornalísticas será feita a partir da relevância política e/ou religiosa, considerando-as duas esferas semânticas em que os discursos se articularam mutuamente no período eleitoral compreendido pelo estudo. As matérias jornalísticas não foram todas reproduzidas, nem mesmo foram todas mencionadas. Além disso, não são apenas matérias relacionadas diretamente à religião e à política que foram levadas em consideração.

As referências religiosas em contextos políticos são tão importantes quanto as referências políticas nos contextos religiosos, além de compreender em que sentido cada uma se imiscui na outra. O que se busca entender é qual a identidade atribuída a cada um dos candidatos em determinada circunstância.

A atribuição de identidade é a realizada pelos jornais, ou seja, como os candidatos são apresentados pelos dois jornais. Portanto, ao reproduzir as falas dos candidatos nas reportagens, não se pretende indicar que as falas representem o real em detrimento das outras opiniões dos jornalistas. Os jornalistas, ao transcreverem em suas matérias as falas dos candidatos, estão por sua vez imputando algum sentido a essas falas. Aqui não se quer questionar o porquê de se referirem à determinada fala e não a outra qualquer, mas antes buscar o sentido almejado pelo jornalista ao se reportar a uma fala específica. Esse sentido somente é possível de ser entendido na medida em que se coteja as referências aos outros candidatos.

Outra ressalva que é preciso registrar se dirige aos jornais: ao se fazer a

coleta das informações, não houve a preocupação em se determinar a opinião do veículo de comunicação; pelo contrário, por entendermos que os jornais são formados pelas contribuições de diversos atores sociais, que não serão estudados um a um, o que se intenta aqui é apenas o sentido dado aos candidatos em cada reportagem particularmente.

A análise englobou o período determinado pela data da edição dos jornais que tratou da convenção partidária que escolheu os candidatos, dia 27 de junho de 2004, até o dia 31 de dezembro do mesmo ano, avançando portanto para depois do encerramento das eleições, já no primeiro turno, ocorrido no dia 3 de outubro de 2004.

O jornal *O Globo* foi selecionado por ser de grande circulação em todo país e, sobretudo, no Rio de Janeiro. Sua tiragem é diária e o primeiro número a ser analisado é o do dia 27 de junho daquele ano, quando noticiou a homologação da candidatura de Marcelo Crivella à chefia da Prefeitura Municipal.

A reconstrução do processo eleitoral pelo hebdomadário da Igreja Universal do Reino de Deus seguiu o mesmo critério. O jornal já possuía à época uma tiragem nacional de cerca de 1.782.000 exemplares distribuídos gratuita e semanalmente nos templos e em suas proximidades. Sua peculiaridade é a presença da coluna do bispo Edir Macedo, fundador da igreja, situada logo na segunda página e acima do editorial, de uma seção destinada à orientação religiosa, mesmo nos casos relacionados à saúde, e uma coluna do bispo Romualdo Panceiro, também com mensagens religiosas.

Percebemos que o jornal não apresenta uma opinião homogênea e coerente sobre os assuntos políticos que aborda. A análise realizada não leva em conta apenas a opinião de um colunista, mas também os editoriais, a coluna do bispo Macedo, as reportagens da coluna “Política”, e até mesmo as charges cuja conotação se estendia à esfera política. O ponto de partida para a coleta dos dados foram as edições do mês de julho, a partir do n° 638, que compreende a semana do dia 27 de junho ao dia 3 de julho, até a última edição do mês de dezembro de 2004.

2. A identidade: uma categoria-chave

A conexão do indivíduo a uma comunidade ou grupo que compartilha a mesma visão de mundo é uma forma bastante difundida para a conceituação do que seja a identidade. Ainda que dispersões sejam percebidas no interior do grupo, é possível alargar o âmbito da relação de afinidade ou pertença a uma identidade. O importante é verificar a relevância dela para explicar as condutas dos indivíduos, como se existisse uma relação entre a pertença identitária e sua ação no mundo social. O culturalismo pressupõe: “que uma cultura seja um

corpo de representações estáveis no tempo; ele considera que este corpo é fechado em si; ele postula que este corpo determine uma orientação política precisa” (Bayart 1996:74, tradução livre).

Na literatura sobre a Igreja Universal do Reino de Deus, a identidade é uma categoria importante para justificar as ações dos indivíduos. A identidade iurdiana é marcada pelos valores do exorcismo, da cura e da prosperidade, além da marca dos “perseguidos”. Os autores que tratam do tema pretendem estabelecer um elenco de elementos distintivos para se determinar com precisão os modos de ser e agir de um iurdiano. Em outras palavras, há um esforço em se demonstrar que há traços que se articulam de alguma maneira com a finalidade de explicar a ação dos indivíduos que a postulam. Assim, Clara Mafra destaca uma característica dos iurdianos:

Forjou-se assim uma identidade social evangélica inclusiva profundamente marcada pela condição minoritária e pela tibieza na participação pública – resposta plausível para uma trajetória eclesial pontuada por um rol de atos de exclusão e perseguição, com poucos avanços em termos de direitos sociais e mudanças de costume. Torna-se saliente então que não foi por acaso que encontramos no caso da legislação ambiental em 1997 a referência à questão da perseguição. Os evangélicos recorreram ali a um traço que tradicionalmente os diferencia e garante a identidade interna no compartilhamento de uma mesma condição de sofrimento (Mafra 1998:61).

A autora aponta para uma marca específica da identidade de modo que sua reprodução se dá em diversos níveis do discurso da IURD. Da mesma forma quando se aduz a uma transferência de elementos do discurso dos evangélicos no campo político, Ari Pedro Oro afirma que:

Por outro lado, a IURD também traz para o campo político e para a construção da sua representação política elementos doutrinários e discursivos presentes em sua cosmovisão religiosa, reproduzindo, assim, um procedimento comum aos evangélicos de ‘religionizar’ o político (Oro 2003:292).

Ele aponta uma utilização do discurso religioso dentro da política, referindo-se à ideia da evangelização do espaço público em que a identidade iurdiana apagaría o discurso político-institucional, ou mesmo retraduziria os problemas políticos em questões religiosas. Oro afirma que:

A Universal mobiliza na esfera política crenças, valores, símbolos e cosmovisões do seu universo simbólico, e com base neles produz uma ressemantização do voto, inscrevendo-o numa lógica cosmológica, na perspectiva da guerra santa (Oro 2003:295).

A representação da identidade serve para explicar os fenômenos ligados à ação da igreja sobre a sociedade. Assim, religionizar o político significa afirmar que a identidade dos atores reproduz diretamente, através do filtro semântico iurdiano, as pretensões e finalidades da igreja para a esfera política. Ao fazer tal afirmativa, ele parece sinalizar para o desaparecimento do político, como se o *locus* de pregação apenas tivesse se deslocado do púlpito para o palanque, esquecendo-se que existem outros atores envolvidos que não pertencem à igreja e sequer compartilham da mesma cosmovisão.

Nesse mesmo sentido, ainda se pode ressaltar outro exemplo de como a identidade está ligada ao culturalismo. Ao se afirmar que: “a identidade religiosa seria uma construção histórico-cultural socialmente reconhecível do sentimento de pertença religiosa” (Filho & Gil 2001:48). Salientando-se que: “ao destacarmos a identidade religiosa, também estamos diante de uma construção que remete à materialidade histórica, à memória coletiva, à espacialidade da própria revelação religiosa processada sob determinada cultura” (*idem*).

A identidade se refere à ideia de pertença a uma determinada cosmovisão. Ao se pressupor que ao indivíduo pertence uma identidade deve-se considerar, igualmente, que este indivíduo pode representar sua identidade de várias maneiras e conforme situações específicas. Não se pode imaginar que ele se represente sempre da mesma maneira, como se não pudesse renegociar, trocar ou refazer os modos de representação de sua identidade. Portanto, o indivíduo é capaz apenas de reproduzir sua cosmovisão, reestruturando todas as esferas semânticas da sociedade conforme os postulados de sua identidade (cf. Brandão 1998; Giumbelli 2001; 2002).

No entanto, a constituição dessas identidades não ocorre de forma isolada. Apesar de parecerem fundar-se em si mesmas, as identidades são construídas a fim de se poder incluir/excluir os indivíduos. A linha demarcatória não serve para cercar uma ilha, mas para separar determinado grupo de outro, ou melhor, apontar claramente quem possui determinada identidade e quem não a possui. De tal modo que é seguro dizer que: “nós nos indentificamos menos em relação à positividade de uma comunidade de pertença ou de uma cultura do que em relação às comunidades e às culturas com as quais nós estamos em relação” (Bayart 1996:101, tradução livre).

Dessa maneira, a autonomia da identidade se garante em relação a outras, uma vez que ela estabelece requisitos para sua assunção. Assim, o fiel iurdiano para se assumir como tal deve ter algumas referências que o permitem se colocar

como um membro do grupo. Esses quesitos são construídos para diferenciá-los de outras denominações. A postulação de uma identidade se dá, então, de forma relacional, pois a sua construção tem com objetivo diferenciar posições de valor e costumes que só fazem sentido se comparados a outros.

Em que sentido a identidade orienta o sujeito para uma ação precisa de modo a reproduzir os elementos da cosmovisão específica? Ou de que modo o pertencimento pode ser utilizado como explicação suficiente para determinadas ações em esferas distintas da religião? Tal qual foi afirmado, religião e política possuem esferas semânticas distintas, isto é, operam com significações diferentes em relação a fenômenos idênticos. Perder a eleição, por exemplo, pode ter um sentido para os religiosos que a disputam e outro para os membros do partido político do qual o candidato faz parte.

A identidade subjetiva é relacionada a como o sujeito se identifica. Ele se refere a si mesmo de modo a apresentar suas opções e descrever como se vê e se posiciona no mundo. Nesse caso, a identidade se aproxima do estado de pertença, na medida em que ele pode fazer referências a diversas identidades, além de poder revelar uma identidade absolutamente diferente daquela que ele se apresenta perante os outros.

Por outro lado, a identidade objetiva se refere à forma como os outros indivíduos percebem um ator social específico. Daí o entendimento do sentido no momento em que o processo de identificação ocorre. Por exemplo, Crivella termina sua fala no debate abençoando seus eleitores. Ora, nada impede de se realizar uma identificação ligada à religião, mas isso não significa, ao mesmo tempo, que sua identidade seja evangélica durante todo o processo eleitoral, já que o processo de identificação é dinâmico e depende dos sentidos no contexto específico. É possível identificá-lo como um político profissional, nas ocasiões em que aparece ligado ao Senado e ao próprio partido. A identificação pressupõe a atribuição de determinada identidade por algum ator específico e esse processo de imputação somente tem significado em relação ao contexto específico.

A identidade se estabelece num contexto determinado e a atores sociais específicos, já que se pode ser notado de diversas maneiras pelos diferentes atores com os quais está em contato. Ela não repousa imanente dentro do indivíduo pronta para aflorar a qualquer momento, como se ela pertencesse à essência dele. Não há essência do indivíduo, sua existência permite-lhe criar infinitas formas de se colocar diante do mundo. O fundamental não são as identidades potenciais que o indivíduo pode assumir, mas aquelas que lhes são atribuídas conforme as contingências.

3. A construção da identidade durante o processo eleitoral

A relação aqui estabelecida entre religião e política é instrumental. Desse

modo, este não é um trabalho nem sobre religião, nem sobre política diretamente. A intenção é utilizá-las como instrumentos para verificação da contingência dos discursos e analisar em que níveis de complexidade seus campos podem se articular. É importante notar que religião e política são entendidos em sentidos bastante limitados para se estudar a identidade dos candidatos.

As esferas religiosa e política não são homogêneas. Ao analisar o discurso, é possível cindi-las de modo a apontar características específicas. Através de uma acentuação unilateral dos pontos de vista, determina-se quais deles são relevantes na pesquisa para a compreensão da identidade. Tanto o discurso religioso, quanto o político não devem *a priori* ser confundidos e estudados como uma mesma coisa ou sob os mesmos parâmetros. Além disso, articular religião e política é apenas um dos níveis possíveis de entendimento da questão da identidade e, mesmo entre elas, a relação pode ser tomada de maneira cada vez mais analítica.

A atribuição de identidade é analisada por meio desses dois eixos. A religião será abordada de modo a não se investigar o seu conteúdo, ou seja, não será investigado se determinado ator social age na esfera política em virtude de algum mandamento religioso específico. Como esfera racionalizadora do sentido da ação, as religiões serão tomadas indistintamente, vale lembrar que nenhuma confissão será estudada especificamente, a seleção da IURD representa apenas o caso sobre o estudo da identidade durante o processo eleitoral, embora a Igreja Católica e a Assembleia de Deus sejam objetos de estudo. Enfim, os discursos políticos também são tomados especificamente em sentidos predeterminados. Assim, ao se estipular um significado próprio para cada uma das esferas, é possível separá-las para a análise da identidade.

O discurso político será entendido nos sentidos particular e universal. Vale destacar a atenção para o fato de que seu tratamento aqui é uma estipulação específica e que não visa estrapolar os limites deste trabalho. Dessa maneira, o sentido particular se refere àqueles discursos que apontam para as qualidades subjetivas de cada candidato no âmbito da campanha, seja em relação às suas posições pessoais em cada tema, seja quanto suas estratégias específicas para vencer o pleito, além de retratar suas afinidades, inclusive religiosas – esse nível do discurso se refere à pessoa do candidato; ao passo que o sentido universal trata das características que não se referem à pessoa em si, mas aos seus vínculos institucionais. Tais são as questões objetivas que abrangem as referências partidárias, ou mesmo aquelas afeitas ao Estado, ao Parlamento, ao cargo que cada candidato ocupa no Estado – seja no Poder Executivo, seja no Legislativo, ou em qualquer instância da federação – além de todas as questões que transcendem à pessoa do candidato, ou seja, quando um candidato não se refere a uma tomada posição pessoal, mas em relação a alguma instituição. Essa categoria abarca ainda as propostas governamentais que projetam o partido, mas também

os pedidos de resposta à Justiça Eleitoral que não apontam para a pessoa do candidato. Os sentidos não são necessariamente opostos, nem aparecem em sequência evolutiva durante a eleição. A comparação é factível por se tratarem sempre da política quanto à ação do candidato. Não há sentido especificamente religioso, embora os dois níveis discursivos possam se referir à religião. Contudo, o critério de comparação é a posição da pessoa do candidato, seja subjetiva ou objetiva.

O discurso religioso encerra dois níveis de análise: o laico e o evangélico. Mais uma vez é importante recordar que tais sentidos não devem ser utilizados para além deste trabalho. O sentido laico refere-se aos discursos em que não há referência à religião, ou mesmo há a condenação da utilização dela durante a campanha eleitoral. Enquanto o sentido evangélico concerne à utilização (ostensiva ou velada) da religião durante a campanha. A comparação quanto ao discurso religioso leva em consideração o critério do uso da confissão religiosa. Desse modo, tal comparação não separa católicos e pentecostais, mas aqueles que se valem dela daqueles que não a utilizam.

Ao caracterizar os eixos discursivos e cindi-los em diferentes pontos de vista, é possível o cruzamento dos mesmos já que todos eles se referem ao mesmo objeto: os discursos da campanha eleitoral. A construção dos tipos ideais considera cada um dos pontos de vista dos eixos discursivos, ou seja, os tipos refletem cada uma das categorias (particular e universal; laico e evangélico) dos eixos semânticos abordados.

O cruzamento dos eixos religião e política orienta a elaboração dos tipos ideais. Ele reflete apenas um dos níveis de complexidade pelo qual a identidade dos candidatos pode ser entendida, o que não impede a ocorrência de outras formas de compreensão do mesmo fenômeno, com diferentes eixos e categorias, ou, inclusive, utilizando-se categorias semelhantes com outros sentidos.

Embora a construção dos tipos ideais seja exposta numa determinada ordem neste artigo, não há qualquer relação de causalidade, ou de aparição cronológica durante a campanha. Eles aparecem em diferentes momentos e em muitas vezes conjugados nos discursos. Não há, portanto, um candidato que represente única e exclusivamente um tipo: ele pode recorrer mais frequentemente a um dos tipos de discurso que por sua vez não resulta que ele represente mais um tipo do que outro. Todos os candidatos em algum nível apresentam vários tipos, mesmo que não sejam todos. Todavia, não há nenhum candidato que se caracterize por apenas um tipo.

Finalmente, cabe ressaltar que a nomenclatura destes tipos, embora ela se refira a todos os cinco candidatos, foi criada para a compreensão específica da ação social de Crivella, foco maior de nossa atenção.

A) A perspectiva subjetiva sem a religião: o político profissional

O tipo político profissional ressalta as ações em que os candidatos se preocupam com a vitória nas eleições, uma vez que o aspecto particular abrange as aspirações dos candidatos. O objetivo primordial é a vitória no pleito. Eles agem instrumentalmente com a finalidade de angariar votos de maneira calculista ao expor suas aptidões e seu carisma pessoal. O carisma aqui é entendido de maneira a indicar as “qualidades específicas extracotidianas” e “não racionais” (Weber 1999:159) de determinado indivíduo que o destacam na sociedade. Ele é compreendido em sua forma “não autoritária” (Weber 1999:175) e de modo típico ideal, ou seja, sem referência específica à religião ou a política, a fim de que não se conclua que o carisma de um candidato religioso se encontre exclusivamente na religião e que não possa angariar adeptos em sua forma política e institucionalizada pelo voto, como é o caso de Crivella.

Assim, é possível identificar esse tipo através do modo como o candidato é apresentado nos jornais. Ele indica uma marca particular do candidato em que apresenta seu carisma, independente de uma referência religiosa, ao afirmar:

Lembrei do tempo em que era surfista nas praias e via alguém se afogando. Eu me lançava para salvar a pessoa porque achava que, se não fizesse isto, não poderia viver com a culpa de não ter feito nada diante de uma tragédia. É com este espírito que eu me coloco à disposição dos senhores. O Rio de Janeiro precisa de coração (Otávio & Autran 2004b:3).

Há o mesmo tipo de consideração quando o jornal *O Globo* noticiou que “Marcelo Crivella (PL) considerou que o ponto mais importante será a divulgação da audiência” (Lamego & Marques 2004:8). Essa outra passagem é relevante pois aponta uma estratégia deliberada de desvinculamento do estigma de religioso:

Quando o senador passava em frente a um templo da Igreja Universal na Abolição, um segurança do PL tentou impedir que fotógrafos de *O Globo* e do jornal *O Dia* registrassem a imagem. Um dos militantes disse aos fotógrafos que *não há interesse em associar Crivella à Universal* (Braga 2004a:23, grifo meu).

Em outra oportunidade os assessores de Crivella apareceram em reportagens tratando da campanha eleitoral. Numa delas afirma-se que Crivella apostará “todas suas fichas no horário gratuito. A tal ponto que Crivella e Bittar sequer autorizaram a divulgação de fotos da gravação de seus primeiros programas” (Helena et al. 2004:3). Na mesma matéria indicava-se ainda que:

Crivella, vice-líder nas pesquisas, também faz mistério. O publicitário Jacques Galinkin diz apenas que, no programa, o candidato usará uma tela de plasma no estúdio para mostrar suas realizações.

– *Para quem tinha 22 segundos na campanha para o Senado, dois minutos são um longa-metragem* – diz o publicitário, que usará um jingle novo, do compositor Reginaldo Bessa, para ilustrar passagens da vida de Crivella e propostas para administrar o Rio (Helena et al. 2004:3, grifo meu).

Sobre uma pergunta que lhe foi feita durante o jornal local transmitido pela Rede Globo de televisão, o RJ TV, sobre sua pouca experiência na administração pública, ele respondeu que:

Isso é uma vantagem. Primeiro, porque tira da gente *cacoetes de velhos políticos*. E segundo porque *tenho experiência na vida pública, sim*. Fui diretor de Empresas de Obras Públicas do Estado durante quatro anos. Fui diretor de planejamento, mexendo com orçamento. Foram mais de 700 obras (Autran et al. 2004a:4, grifos meus).

Numa reportagem que tratava sobre a militância do PL que utilizava fiéis da IURD e sobre as acusações de ter confeccionado panfletos apócrifos que condenavam César Maia, ao final referiu-se à possíveis alianças de Crivella no segundo turno, ela noticiou que:

Apesar da autoria dos folhetos ser atribuída à Igreja Universal e a militantes de Crivella, *o candidato do PL passou ao largo do tema ontem e preferiu fazer planos para o segundo turno*:

– A aliança mais natural do segundo turno é Crivella e Conde. *Já havíamos combinado isso no primeiro turno e acredito que vá se concretizar no segundo* – disse o senador. – *Quero dar um alerta: não se surpreendam se o Crivella ganhar no primeiro turno, porque o número de indecisos está muito grande* (Rocha 2004:11, grifos meus).

Finalmente, uma matéria do jornal *O Globo*, no dia 30 de setembro, apontava que Crivella iria para o debate realizado na televisão para responder aos ataques previsíveis de César Maia. E a mesma matéria reportou a uma fala dele: “para você que está indeciso, um recado: vai haver segundo turno e eu vou estar lá”, e continua, “vou para o segundo turno para enfrentar o atual prefeito e vou vencer” (Marqueiro 2004:5).

Todas essas referências têm o objetivo de demonstrar que os candidatos de alguma forma utilizaram o discurso do político profissional visando sua intenção

primordial, que é vencer as eleições, sem, ao mesmo tempo, apelar para a religião.

B) A perspectiva objetiva com a religião: o político ecumênico

O tipo de discurso do político ecumênico caracteriza-se por uma forma bastante ampla. As indicações não são apenas comentários, mas também atitudes relatadas pelos jornais. Marcelo Crivella, embora tenha vínculos íntimos com a IURD, apresentou-se como um político ecumênico ao visitar outras igrejas e também ao proferir, ao longo da campanha, um discurso de tolerância em relação a questões polêmicas para a IURD.

Crivella logo que lançou sua candidatura foi indagado sobre sua afinidade religiosa, o jornal noticiou que: “Sobre uma possível rejeição que possa sofrer por ser evangélico, o senador garantiu que pretende *governar sem caça às bruxas*” (Autran et al. 2004:4; grifo meu). Ele comentou também que:

Vamos administrar sem qualquer tipo de discriminação, de tolerância ideológica. Nós somos da paz – disse Crivella, acrescentando que convocará todas as entidades religiosas, sindicais e organizações não governamentais para decidir qual deve ser a política social da prefeitura (Autran et al. 2004:4, grifos meus).

Além disso, uma reportagem referiu-se a Crivella afirmando que ele visitou templos de outras religiões: “Crivella, que ontem também *visitou sinagogas* ao lado da mulher e dos dois filhos, voltou a conclamar a militância de todos os adversários de César para ir as ruas. E prometeu bate-perna nos últimos dias de campanha” (O Globo 2004b:8; grifo meu).

Noutra matéria, perguntado sobre a postura da prefeitura em relação aos direitos dos homossexuais, o candidato Crivella respondeu que:

Como cristãos, nós somos radicalmente contra a discriminação, seja de quem for. Jesus nunca discriminou ninguém. Deus deu ao homem o livre arbítrio e isso não pode lhe ser negado. Como prefeito, vou ouvir todos os segmentos da sociedade, receber suas reivindicações e procurar atender a todas que sejam direitos adquiridos e estejam ao alcance da prefeitura (Crivella 2004c:13, grifo meu).

O candidato se apresenta como um cristão que busca a aproximação entre as diversas confissões religiosas. A *Folha Universal* não enfatizou tal tipo de discurso, bem como não houve referências aos outros candidatos, Jandira e Bittar que se concentraram na disputa pelos votos de esquerda, uma vez que

ambos representam partidos tradicionalmente tidos como de esquerda que são o PC do B e o PT, respectivamente. Aliás, Jandira Feghali condenou a mistura entre religião e política num artigo que ela escreveu para *O Globo*, alguns dias após as eleições (19 de outubro de 2004).

Esses exemplos demonstram como os candidatos se apresentaram diante do tipo político ecumênico, que não foi muito utilizado, a não ser por Crivella que pretendia se desvincular da religião, mas que estão presentes nas apresentações dos candidatos.

C) A perspectiva objetiva sem a religião: o senador

O tipo senador abarca a visão institucionalista dos candidatos quando se referem ao partido ou aos direitos dos cidadãos. Enfim, ao se colocarem num plano transcendente às suas posições pessoais. Considerando-se essa postura, esse tipo representa ainda uma posição laicizada, seja condenando a mistura, seja afastando-se da religião.

Crivella foi apresentado por esse tipo de discurso em diversas ocasiões. Numa delas apontavam-se seus vínculos partidários: “Crivella é do PL, partido do vice-presidente da República, José Alencar, e do ministro dos transportes, Alfredo Nascimento” (Otávio & Aufran 2004a:5). Assim como a resposta às denúncias que sofreu durante o pleito sobre os panfletos apócrifos, ele afirmou que não iria oferecer defesa uma vez que as pessoas que votam nele é que têm responsabilidade por suas ações. Sua ação foi de tipo institucional na medida em que apresentou uma justificativa jurídica impessoal para não oferecê-la.

Quanto ao apoio de seu partido, o presidente Valdemar Costa Neto afirmou que: “Crivella enfrenta problemas na campanha porque Rodrigues [que foi afastado no início de 2004 da Universal] não está ao seu lado. [...] Se o PL tiver de escolher entre Rodrigues e a Universal, fica com o deputado” (Braga 2004b:10). Finalmente, Crivella conclui que: “Partido é assim, tem seus grupos, pessoas que se juntam, que se gostam mais. O presidente, em todas as vezes que falou comigo, me deu total apoio” (idem). A passagem demonstra a visão institucional que o próprio partido faz em relação aos religiosos.

Ao se apresentar como senador, ele também repercute as características deste tipo discursivo. No episódio em que sua esposa foi assaltada, foi exposto marcadamente seu lado político. A respeito do ocorrido ele declarou que:

Como prefeito do Rio, *vou exigir que seja cumprida a lei que aprovei no Senado*. Ela dá poder de polícia às Forças Armadas para impedir que toneladas e toneladas de cocaína entrem no território nacional. Depois que elas se diluem em milhares de sacolés, nas mãos de meninos inocentes nos morros do Rio de Janeiro, de São Paulo, da

Bahia, de Belo Horizonte, fica impossível se conter isso (Daflon 2004:4, grifo meu).

Ele apresentou uma preocupação de ordem institucional ao apelar para o cumprimento da lei, sobretudo de uma lei em cuja criação ele próprio contribuiu. *A Folha Universal*, mesmo após as eleições, retratou Crivella dessa forma também, ao apontá-lo como senador e sua forma de superar as acusações por meio de um plano de governo:

Na campanha, o senador Marcelo Crivella também foi obrigado a enfrentar, além de adversários de peso, uma sistemática perseguição. Os oponentes, a todo momento, o acusavam de misturar política com religião, o que era negado por Crivella com seu programa de governo para o Rio (Folha Universal 2004b:7A).

Em relação aos outros candidatos, podem ser encontrados exemplos do mesmo tipo de discurso. *A Folha Universal* (2004a:4A) trouxe reportagem em que as propostas de governo na área de segurança pública de Crivella, Bittar e Jandira Feghali foram apresentadas. Na publicação, todos criticavam a ação da guarda municipal em relação aos camelôs (tratamento violento) de maneira que o jornal aproximava as propostas dos três candidatos. Todos os exemplos apontam uma abordagem que não toca na vida pessoal do candidato, mas que trata do seu partido, do cargo que ocupa ou de questões políticas e institucionais.

D) A perspectiva subjetiva com a religião: o bispo

O tipo discursivo do bispo engloba todas aquelas notícias em que o discurso religioso se sobressai agregado ao carisma do candidato, ou seja, as visitas aos templos religiosos, as alianças com grupos evangélicos e a utilização de referências religiosas são indícios de sua ocorrência. Crivella foi bastante associado a esse tipo de discurso e César Maia foi um dos que o acusaram de se valer de uma estratégia de populismo religioso.

Segundo o prefeito, Crivella usa o nome de Deus para fazer campanha eleitoral, o que ele considera absurdo:

– Choca muito mais o populismo que, para ter poder usa o nome de Deus para fazer política. Isso é um escândalo – disse César.

Crivella respondeu:

– *Uso o nome de Deus para tudo. A Constituição fala no nome Dele, assim como todas as notas em circulação no país. Agora tem que ser “dai a César o que é de César, e ao Rio quem é de Deus”* (Marques

& Autran 2004:3, grifos meus).

Dessa maneira, Crivella foi vinculado à imagem de evangélico. Mesmo quando o jornal traçou o seu perfil, destacou-se sua fala: “Criticaram minha pregação na eleição passada e não funcionou” (Marques 2004:4). A matéria ainda salientou que: “A herança que deixo para os meus filhos é a minha fé em Deus” (idem). No incidente envolvendo sua esposa, um assistente do então candidato a prefeito de Nova Iguaçu, Lindberg Farias, ajudou-a a escapar do assalto. Na matéria que trouxe a notícia, Crivella afirmou que:

Minha esposa teve uma reação até muito bonita, de quem viveu tantos anos comigo na África e já conheceu perigos semelhantes a este. *Ela segurou a mão dele e disse: “Em nome de Jesus!, em nome de Jesus!” E esta é a fé que a gente precisa ter mesmo no Rio de Janeiro, porque ele ficou sem reação* (Daflon 2004:4, grifo meu).

Noutra reportagem, os militantes do PL foram associados todos à IURD, quando noticiava que os militantes de Conde teriam que enfrentar: “a avalanche de militantes-obreiros de Marcelo Crivella (PL) que a Igreja Universal do Reino de Deus consegue levar para as ruas para ‘bandeirar’” (Rocha & Menezes 2004:4).

Mesmo o juiz que condenou a Rede Record de televisão a ser tirada do ar por propaganda eleitoral irregular se manifestou sobre o caso, o jornal informou que:

Mais uma vez verifica-se que *a campanha de apoio ao candidato Marcelo Crivella, organizada pela Igreja Universal do Reino de Deus, está subestimando o Poder Judiciário e a inteligência de toda a população do Rio de Janeiro. O juiz afirma que a Universal faz publicidade eleitoral de Crivella ostensivamente, misturando religião com interesses políticos* (Bottari & Braga 2004:4, grifos meus).

Ainda que alternando a presença de tipos nesta passagem, percebe-se a afinidade religiosa de Crivella. Após as eleições, o jornal destacou em uma seção sobre “As frases da semana”, uma de Crivella: “Estou pregando o Evangelho e libertando os escravos” (O Globo 2004a:2).

A *Folha Universal* ressaltou esse tipo de discurso. Em sua coluna, o bispo Edir Macedo se referiu a Crivella num sentido abertamente religioso:

Para viver aqui no Rio de Janeiro, é preciso ter um anjo poderoso para nos proteger. Tem que ser um anjo forte. Eu me lembro do *bispo*

Marcelo Crivella quando estava em Durban, na África do Sul, realizando um trabalho evangelístico naquela cidade. Por sinal, uma cidade muito bonita, mas muito sofrida por causa da pobreza, e até porque estava na época do *apartheid*, no qual os negros eram separados dos brancos. Então, *ele mandou fazer folhetos, convidava as pessoas para as reuniões, porém praticamente não ia ninguém. Ele orava, jejuava e nada acontecia. Até que um dia, revoltado, clamou: 'Ó, Deus, não quero mais esses anjos. Troca, Senhor, porque esses não estão funcionando'*. Naquela mesma semana, a coisa mudou. O Espírito Santo trabalha dentro de nós nos inspirando e orientando, mas os anjos trabalham no nosso exterior como cooperadores (Macedo 2004:2, grifos meus).

Em todas as passagens acima foi feita a associação de Crivella a uma identidade de homem religioso pelo tipo discursivo utilizado para retratá-lo.

A construção típica dos discursos permitiu apresentar quatro identidades diferentes, embora estejam ligadas por eixos comuns. A mobilidade identitária verificada pela construção dos tipos não responde os motivos dessa flexibilidade. A aproximação dos tipos com a forma de exposição dos candidatos pelos jornais indica que a assunção de identidades durante a campanha e as falas dos candidatos foram paradoxais, ou seja, todos diziam não misturar política e religião, embora todos eles estivessem recorrendo a ela como tática.

Crivella demonstrou repetidas vezes não ter a intenção de se vincular à IURD. Contudo, ele abençoou eleitores, pregou durante a campanha e, enfim, agiu como um religioso. Por outro lado, esse não foi seu único recurso. Seu esforço para se desvincular da igreja não foi em vão, uma vez que conseguiu se apresentar de outras formas.

Diante do quadro tipológico que elaboramos, percebe-se que sua ação social oscilou entre o tipo do senador, do político profissional, e do bispo.

RELIGIÃO POLÍTICA	LAICO	EVANGÉLICO
PARTICULAR	<i>POLÍTICO</i> <i>PROFISSIONAL</i>	<i>BISPO</i>
UNIVERSAL	<i>SENADOR</i>	<i>POLÍTICO</i> <i>ECUMÊNICO</i>

O que significa afirmar que sua ação é ambígua por ter assumido a identidade de senador e de bispo? A ambiguidade no comportamento não é exclusividade de nenhum candidato. A questão que se põe é como o paradoxo identitário pode ser entendido diante da mistura entre religião e política nas eleições.

5. O paradoxo: senador/bispo

Os quatro tipos de identidade atribuídos a Marcelo Crivella durante a campanha eleitoral indicam o significado dessa fragmentação identitária. A variedade de tipos revela a contingência do fenômeno identitário, pois o contexto é o das eleições. Desse modo, as identidades podem não se aplicar a Crivella num outro contexto, até mesmo em outras eleições quando poderão ser estabelecidas novas fronteiras identitárias e conseqüentemente novas identificações.

A atribuição da identidade depende da forma pela qual o sujeito se coloca perante os outros. Isso significa que Crivella assume uma dessas *personae* ao ser identificado por outros atores sociais como bispo ou como senador. Entretanto, a responsabilidade pela atribuição não é única e exclusiva de quem o vê, mas também de como Crivella age diante dos outros. Ao manejar determinados recursos, sua identidade se constitui frente aos demais de uma maneira, mas pode mudar através da mobilização de recursos diferentes. A identidade não se faz do nada, mas a partir dos sentidos que ele próprio dá a essas estratégias discursivas em cada contexto. Isso o permite oscilar entre as imagens de senador e de bispo de forma coerente. Afinal, segundo Crivella, o bom político e o bom religioso querem a mesma coisa, um pelo lado material e o outro pelo lado espiritual.

Por outro lado, os tipos do político profissional e do político ecumênico apelam para a relação que os agentes têm com a sociedade, por isso o carisma é importante para o entendimento de sua ação social. Como se percebe ao longo da campanha, o primeiro tipo se vale do carisma para se aproximar de outras pessoas que não compartilham a mesma identidade. Eles recorrem também à exposição de atributos pessoais através da reconstrução de seu passado, de suas preferências pessoais ou, até mesmo, se apresentando como injustiçados. Esse último aspecto revela uma fonte peculiar da qual todos os candidatos se valeram em algum momento da eleição.

Esses tipos então recorrem a uma dinâmica de perseguição no discurso político colocando-se numa posição de preteridos a fim de angariar mais carisma com a adesão de pessoas ao seu discurso. Contudo, o discurso da perseguição pode ser utilizado a favor do candidato atacando os adversários, pois se trata de um recurso, cujo sentido é dado pelo ator social. Isso significa que a retórica

persecutória é utilizada para excluí-lo, ou serve para excluir o outro de determinada condição, de acordo com o uso desejado, e assim ela pode ser manejada de modo que o candidato ambigualmente se coloque como perseguido e como perseguidor. Como foi o caso das diversas acusações e ofensas recíprocas entre os candidatos.

Quando foi divulgada a defesa de Crivella na *Folha Universal*, ele utilizou esse recurso explicitamente. De modo tal que o periódico da IURD o apresentou como um perseguido pelo jornal *O Globo*. Na ocasião, Crivella fez referência ao que denominou como uma campanha difamatória daquele veículo: “Venho sofrendo calado a mais impiedosa campanha de mentiras, de ofensas contra a minha honra e até fraude por parte do jornal *O Globo*” (Crivella 2004b:3A). Tal artifício foi acionado, igualmente, durante a sabatina promovida pelo mesmo jornal, ocasião em que o candidato disse:

Críticas a *O Globo*: Quando começamos a campanha eu tinha em média 400 e poucos mil votos. De lá para cá, 40% dos eleitores se decidiram, hoje são 10% de indecisos. Nesse momento do processo, *sofri a maior campanha de calúnias da história política do Rio de Janeiro, feita pelo jornal O Globo*. Foram 17 manchetes absolutamente inverídicas, que rebati uma a uma. Mas até que isso fosse esclarecido, avançou-se na definição. Quem estava para decidir entre a surpresa, que era Crivella, ou César, ficou com ele. *Mesmo debaixo desta pancadaria toda*, subi de 430 mil para 670 mil votos, que é o que tenho hoje (Crivella 2004a:8, grifos meus).

Nessas hipóteses, o discurso da perseguição buscava aumentar seu carisma em relação aos eleitores sem qualquer referência religiosa. É preciso lembrar que a sociologia da religião enfatiza o discurso da perseguição como elemento constitutivo da identidade iurdiana. Entretanto, tal expediente não foi utilizado apenas por Crivella. César Maia foi alvo de uma matéria da *Folha Universal* intitulada “Mania de perseguição”. Nela criticou-se César Maia com relação aos vários pedidos de resposta formulados na justiça eleitoral e concluiu-se apontando que apenas um pedido fora acatado. Nesse caso, não foi somente através do seu discurso direto, mas através de atitudes, ou seja, interpondo vários pedidos de resposta em relação às críticas dos outros candidatos.

O discurso persecutório deve ser entendido, então, como um artifício para se ampliar o carisma dos candidatos, seja se colocando numa posição superior, seja numa inferior. O viés dessa fonte é o da exclusão. Por meio da tentativa de se diferenciar do outro, positiva ou negativamente, o tipo político ecumênico se utiliza de um artifício que contribui diretamente para o aumento do carisma pessoal dos candidatos.

O político ecumênico recorre às estratégias de inclusão usando o discurso da tolerância. Tratar das religiões de um ponto de vista ecumênico é uma tentativa de abarcar diversos segmentos religiosos. Além disso, tal prática minimiza a religião como um critério de distinção identitária entre os candidatos. Todavia, esse recurso não é utilizado apenas em relação à religião, pois as alianças partidárias desconsideram essa característica. Essas alianças, que se delinearam durante o primeiro turno, foram fundadas em semelhanças de projetos ou perspectivas que aproximavam os partidos.

O projeto de aliança do bloco progressista composto entre Jandira e Bittar também é um exemplo do discurso da tolerância. Ele pode ser usado no sentido agregador que busca unir posições divergentes. Na disputa do primeiro turno, a conclamação de Crivella aos outros partidos para trabalharem duro contra César Maia era uma proposta que englobava todos os candidatos. Esse discurso apontava para a união de forças contra o concorrente que detinha o maior percentual das intenções de voto durante toda a campanha. Há ainda o exemplo do discurso ecumênico que buscava integrar diferentes confissões religiosas numa lógica de tolerância.

No que tange aos outros dois tipos, o senador e o bispo, o recurso é o da pertença. Ambos se utilizam da ideia de pertencimento para se vincular a algum grupo determinado, seja em relação ao partido político, seja quanto à confissão religiosa. O pertencimento visa a atrelar a identidade do indivíduo a um conjunto particular de posições valorativas e práticas sociais. No caso dessas duas tipologias, o senador se esforça para se vincular às questões partidárias, enquanto o bispo busca vínculos religiosos para se aproximar das igrejas.

A elaboração dos tipos ideais demonstrou que esse recurso foi amplamente difundido. Cabe enfatizar agora os sentidos da pertença: partidária ou religiosa. Sempre que os candidatos se referem ou agem mirando-se em alguma instituição, a utilização desse recurso é notada.

Por exemplo, podemos citar o comentário de Crivella sobre sua afinidade com o PL: “O PL é como uma família: tem aquela briga, falam-se muitas coisas, mas não é de coração” (Crivella 2004a:8). No mesmo sentido, a referência à sua vinculação religiosa faz notar a utilização deste recurso: “Criticaram minha pregação na eleição passada e não funcionou” (Marques 2004:4). Esse artifício permite ao ator constituir sua identidade de acordo com suas posições de adesão ou repulsa à instituição.

Quanto aos outros candidatos, a afinidade com o campo político é mais frequente. Mas também é possível verificar adesões à pertença religiosa em César Maia, Conde e Bittar que receberam apoios declarados de determinadas igrejas, além do apoio dos partidos de mais tradição política a que eles pertencem.

Três, portanto, foram os recursos utilizados para a construção das identidades, que se apresentaram aos tipos ideais. Cada um deles se utilizou das

estratégias identitárias com um sentido específico e concreto. O que é possível depurar disso são os meios utilizados para a elaboração do sentido.

A construção da identidade individual foi realizada através da manipulação de determinadas ferramentas das quais o candidato podia se valer para alcançar objetivos específicos, que não são dados *a priori*, como pode parecer. A estratégia de se desvincular da IURD, por exemplo, pareceu indicar o contrário, mas o fato é que, para atingir tal objetivo, Crivella articulou os três recursos discursivos para fazê-lo: o da perseguição; o do pertencimento (ao partido político); e o da tolerância. Todas as formas de constituir as identidades se articularam em torno desse objetivo. Entretanto, não pareceu haver previsibilidade quanto ao momento de utilização deles, pois é claro que tanto o sentido, quanto o manejo de cada recurso eram contingentes, já que dependiam do momento em que os candidatos se encontravam, pois o significado das lógicas discursivas assim também o era. Por isso, pode-se afirmar que o discurso da tolerância se referiu tanto ao ponto de vista político quanto ao religioso. Isso serviu para os outros recursos utilizados, que tinham seus significados delimitados pelos contextos em que eram empregados.

Dessa pesquisa depreendemos que a compreensão das dinâmicas de construção das identidades individuais orienta para um mecanismo diferente de formação de identidades coletivas. Os elementos constitutivos da identidade são entendidos como artefatos contingentes capazes de se transformar de acordo com as disputas internas do grupo ou mesmo de se modificarem diante das circunstâncias.

Atualmente, algumas explicações têm apontado para o fato de que o espaço político parece sofrer uma “ocultação” em favor do religioso. Elas enfatizam a invasão da cosmovisão religiosa no espaço político e desconsideram a maleabilidade dessa mesma visão de mundo, na medida em que sugerem para a reprodução e para a reinterpretação dos elementos da identidade religiosa na esfera política.

O que se pretende demonstrar é que não há uma “religionização” do campo político, ou seja, o sentido político não passa a ser religioso. A ressemantização é pontual e menos abrangente, na medida em que a utilização dos recursos para a formação da identidade tem vários sentidos e não exclusivamente o religioso.

O trabalho de Pierucci (1996) demonstra como se consubstanciou o avanço evangélico na política brasileira. O *corpus* de todos os parlamentares que compõem a chamada bancada evangélica não é uniforme. Há divergências quanto às orientações políticas. Ele afirma ainda que este fato impediria uma generalização abusiva explicando que:

O ativismo evangelista conservador tem apelos populares muito fortes ao trazer para a arena da luta política demandas de cunho tradicionalista

e moralista que, afinal de contas, não deixam de ser demandas reais dos setores populares com estoque muito limitado de informações políticas, apreensão menos articulada dos fatos políticos e da política como política e que, por isso mesmo, não se mostram capazes de separar as esferas da política e da moralidade privada (Pierucci 1996:166).

O esforço em se indicar uma estrutura identitária por meio de características estáveis no tempo e no espaço busca estabelecer uma relação para explicar as inserções evangélicas na esfera política:

A contribuição evangélica mais potente será a criação de associações voluntárias e a multiplicação de atores políticos e sociais na arena pública. Outras coisas são iguais (que, é claro, elas raramente são), as características culturais dos Evangélicos — participação, pragmatismo, competição, disciplina pessoal — devem no longo prazo fomentar a democracia (Martin 1999:49, tradução livre).

Nesse caso, a intenção é explicar como os evangélicos podem fomentar a democracia através de sua participação coletiva. Mais uma vez as diferenças foram reduzidas para se captar o sentido das ações do grupo. Recorrer à visão de mundo para entender as ações individuais produz um prolongamento da identidade cultural:

A prática religiosa no seio das igrejas neopentecostais não só prolonga a cosmovisão encantada que vigora em algumas camadas da sociedade brasileira, mas também cria e mobiliza uma consciência individual que se vincula a critérios de comportamento que sintonizam com as exigências dos papéis familiares em contextos urbanos (Oro & Semán 1999:47).

Essas perspectivas apontam assim para uma mistura indevida das esferas. A busca do sentido para a mistura se dá a partir de seus valores, do seu ponto de vista racionalizador do mundo e dentro da finitude de sentido que essa visão pode captar. A evangelização da esfera política ocorre pela imagem do pastor subindo ao palanque. Por isso, afirma-se com apoio nas evidências que:

A IURD também traz para o campo político e para a construção da sua representação política elementos doutrinários e discursivos presentes em sua cosmovisão religiosa, reproduzindo, assim, um procedimento comum aos evangélicos de “religionizar” o político (Oro 2003:292).

Uma discussão que pode ser feita a partir dessa abordagem concerne às análises possíveis da relação entre religião e política. Ora, se existe uma causalidade entre a cosmovisão iurdiana e a atuação no campo político, pode-se concluir que aqueles instrumentos discursivos passam a ser elementos constitutivos da identidade cultural. Assim, o recurso da retórica persecutória deixaria de ser compreendido como um instrumento discursivo para ser entendido como a expressão da identidade iurdiana na esfera política. A explicação da instauração do discurso da perseguição na política seria, pois, uma enunciação da cosmovisão religiosa.

A literatura sobre a IURD traz como uma marca distintiva desta igreja o apelo à imagem de perseguidos. Clara Mafra expõe como a dialética da perseguição serviu para constituir a identidade do grupo internamente e projetá-la para fora. Para ela:

O viés persecutório, presente na cobertura realizada pela *Folha Universal*, permitiu que seus leitores recebessem a notícia da nova regulamentação como mais um “elemento” que se somou em uma trajetória especialmente tensa da relação de sua igreja com a sociedade mais ampla (Mafra 1998:59).

Tal discurso permitiu estruturar a identidade iurdiana de modo a dar sentido às ações dos fiéis. Como ela salienta, o sentido dado pela perseguição compreende as respostas às ações contrárias, como uma força divina que reage aos ataques, reinterpretando uma trajetória que se constrói aleatoriamente: “o acaso e a indeterminação são abolidos em função da sobredeterminação do desejo do Inimigo. Cada evento parece como a resposta a propósitos determinados” (Mafra 1998:80).

Assim, o recurso da perseguição proferido no contexto das eleições municipais significaria um prolongamento da visão de mundo evangelizada, e não poderia ser identificado como uma fonte de formação de uma identidade, mas como uma constatação da reprodução dos elementos que compõem a identidade iurdiana. Outrossim, as referências religiosas seriam sinais pródigos da evangelização da política.

A identificação de fontes discursivas das quais os candidatos lançam mão em momentos pontuais sinaliza para um mecanismo próprio de formação identitária. Os acidentes biográficos do bispo Edir Macedo que contribuíram para a apropriação do discurso persecutório para a constituição dos iurdianos demonstram que essa ferramenta foi utilizada por Crivella com um outro sentido. Os instrumentos têm significados que se referem a situações contingentes. Eles tiveram usos diferentes para promover objetivos igualmente específicos. A esfera política disponibilizou as três fontes para moldar sua identidade perante os

eleitores e perseguir seus objetivos com suas estratégias. Destarte, não se pode afirmar que a utilização de uma delas seja uma reprodução de um elemento marcante, já que os usos são diferentes. Como foi demonstrado, os sentidos podem ser tanto o de se colocar numa posição preterida, quanto o de atacar os adversários. Não há um significado essencial a elas, apenas um sentido concretamente delimitado.

As fontes discursivas são manejadas para construir um artefato capaz de distinguir um indivíduo dos outros. As identidades se constituem recorrendo-se às ferramentas disponíveis num dado momento, daí o sentido da ambiguidade na ação de Crivella. O que ocorre é que a variabilidade dos contextos sociais não permite ao indivíduo ser o mesmo, ou seja, não há coerência *a priori* nas ações, a racionalização do agir com múltiplas facetas só é possível entendendo-se os caminhos percorridos pelo indivíduo.

Por isso, os instrumentos e sentidos utilizados pelos candidatos eram muito assemelhados. A religião, então, foi subvalorizada, em razão de denotar apenas mais uma referência identitária de Crivella. Ela não foi a única referência, embora pareça ter sido a mais utilizada e, é importante frisar, mesmo os outros candidatos não se conformaram a um único tipo de discurso.

As identidades individuais possuem dinâmicas diferentes de formação, já que elas não se constituem por meio de uma reprodução automática daquela que distingue a coletividade. Essa visão fragmentada do grupo social permite verificar que há sempre uma disputa no interior do grupo para afirmação de determinada feição identitária.

Através dessa concepção, o artefato identitário da coletividade é elaborado por uma disputa interna do grupo em que determinados atores buscam reproduzir aspectos de sua identidade. Não é à toa que os acidentes biográficos de Edir Macedo – o principal fundador da IURD – fazem todo o sentido para os fiéis (Giumbelli 2002). Assim, essa abordagem permite identificar atores sociais que se destacam de alguma maneira e denominá-los como empreendedores de identidade, pois é através deles que as identidades são divulgadas. O bispo Macedo, por exemplo, é um empreendedor na esfera religiosa iurdiana, pois sua participação é ativa nos editoriais e mesmo em programas de televisão em que aparece expondo suas doutrinas sobre o fenômeno religioso, ou mais precisamente, sobre o que significa ser um iurdiano.

O empreendedor de identidade é aquele que busca uma posição de maior destaque dentro do grupo e ao fazê-lo acaba por granjear mais carisma, reproduzindo ou recriando formas de expressão da identidade. O interessante é que nesse processo há sempre uma continuidade entre as práticas anteriores e as novas. O sentido da ascensão de uma nova identidade depende, pois, da que lhe precedeu. O uso da perseguição para dar sentido à identidade iurdiana foi um recurso que apareceu no decorrer de sua formação e não está presente nessa

congregação desde sua fundação, ocorrida no ano de 1977.

A identidade coletiva se forma pela divulgação mais eficiente de determinada identidade construída individualmente. Isso explica o porquê de algumas divergências dentro de um mesmo grupo, as opiniões dos líderes – há disputas entre os membros de uma cúpula – e dos fiéis não são sempre as mesmas. Pesquisas já demonstraram que em relação a muitos temas as disparidades chegam a dividir meio a meio as posições. A pesquisa de Simone Bohn (2004) aponta que em relação ao homossexualismo as opiniões dos evangélicos são bem divididas. Entre aqueles que acham que é uma escolha livre somam-se 45,4 %, ao passo que 54,4% acreditam ser uma doença ou imoralidade (Bohn 2004:15). Essa repartição decorre do fato de que não há uma identidade homogênea e única. Há, todavia, posições a favor de uma e outra sobre o significado do homossexualismo.

O empreendedor de identidade é aquele que articula suas posições de valor através de determinado discurso específico para obter maior visibilidade no interior do grupo, de modo que suas ações podem não fazer sentido externamente. No entanto, as ações são compreensíveis em relação às disputas concretas nas quais o empreendedor está engajado, uma vez que as disputas se orientam para determinada esfera semântica coletiva.

A estrutura hierárquica da IURD é mais rígida e centralizada que as de igrejas pentecostais mais antigas. Essa igreja promissora e organizada não possui sua estrutura própria por força do acaso. Ela é mantida por um esforço contínuo de reprodução dos empreendedores que a constituem.

A estrutura vertical e centralizada é uma característica do modo de gestão da IURD. A centralização, no entanto, não exclui os conflitos sobre a tradição da IURD que podem ser notados entre o bispo Macedo e seu cunhado, o pastor R. R. Soares, que abandonou a direção da igreja logo em seu princípio (Freston 1992; Fernandes et al. 1998; Mariano 2003).

Os rituais e os símbolos da IURD são construídos de acordo com conveniências específicas. A elaboração do “Salmo 22 da vitória”, durante a campanha eleitoral, por exemplo, é um símbolo mobilizador da identidade do bispo no interior da esfera política. Apesar disso, seu sentido está voltado para aqueles que o percebem como bispo, não significando o mesmo para aqueles que o percebem como senador. A retórica persecutória também é um exemplo de um recurso deliberadamente utilizado para dar sentido à prisão do bispo Macedo. Esse recurso foi potencializado, constituindo uma identidade marcada por perseguições para o âmbito coletivo.

A questão que se coloca é: em que sentido Marcelo Crivella pode ser entendido como um empreendedor de identidade, se a mobilização dos instrumentos de formação identitária não voltam seu sentido para a esfera religiosa, e, sim, para a política?

Não parece que exista uma disputa direta entre Crivella e Macedo, inclusive dos outros empreendedores existentes no grupo. Em outras palavras, não há conflitos entre o empreendimento daquele e o deste. Afirmou-se que a utilização do discurso persecutório não tinha o mesmo sentido para Edir Macedo e Marcelo Crivella, uma vez que ambos o articulam de formas distintas. Além disso, a identidade de perseguido religioso não se transpõe para a esfera política, o sentido é o mesmo dos outros candidatos quando se dizem perseguidos.

Se há uma separação de sentidos específicos em duas esferas semânticas, e Crivella não dirige sua empresa pessoal para a esfera religiosa, então ele é um empreendedor de identidade na esfera política. A manipulação dos instrumentos não visa à ascensão na carreira religiosa, mas na política.

Recorrendo ao discurso da tolerância, ele mobiliza na esfera política uma identidade que não faz sentido para os fiéis iurdianos, mas o faz para aqueles eleitores que não participam dessa confissão religiosa. No que concerne à pertença religiosa, ele é capaz de angariar votos no interior do grupo religioso, que nem sempre são apenas os dos iurdianos, pois, como já constatado, o que lhe interessa é a ascensão política, e não a religiosa. Ao mobilizar esse recurso ele acena para o fato de que os outros empreendedores concorrentes, os outros candidatos, também podem lançar mão desse artifício para angariar mais votos. Sua ação estimula e cria uma forma de fazer política, fazendo com que os outros candidatos disputem esse público específico com uma identidade pontual.

Cindindo as duas esferas semânticas que se cruzam constantemente, percebe-se que sua ação está voltada para o campo político. O “Salmo 22 da vitória” não nasce na arena religiosa e transpõe-se para a política: o sentido de sua gênese é justamente o contrário, pois seu significado aponta em primeiro lugar para a disputa pelo voto.

Numa clivagem secularizada, a religião é tida como um conjunto de valores que são mobilizados estrategicamente na arena política. A reorientação do sentido da ação para os fins mundanos prevalece pela busca da vitória nas eleições. A religião não permanece com o mesmo sentido, e por isso torna-se valioso resgatar o que Joanildo Burity afirma ao dizer que: “os partidos e candidatos que não levam em consideração os grupos religiosos em seu discurso e estratégia correm sério risco de se complicarem ou de se inviabilizarem eleitoralmente” (*apud* Oro 2003:302). Há a constatação de um recurso importante que pode constituir-se numa ampliação significativa do número de votos para determinado candidato.

Não há por isso que se falar em “religionizar” ou mesmo “evangelizar” o espaço político, na medida em que a identidade religiosa é um artefato construído estrategicamente por atores específicos para reagir a situações pontuais. Ela é uma pródiga fonte discursiva para criar uma identidade igualmente profícua em termos eleitorais (Burity 2001; 2002).

A criação dos tipos ideais permitiu interpretar a mistura, mirando-se nas distensões identitárias e descontinuidades existentes entre as esferas política e religiosa. Ao se delimitar os campos semânticos da religião e da política, percebeu-se a autonomia delas. Desse modo, o sentido da ação de Crivella, no período eleitoral abordado, não estava focado na esfera religiosa, mas na política. Essa autonomia semântica das esferas conduz à reflexão sobre o processo de secularização: se não se pode sinalizar para a evangelização do político, o que significa a ação religiosa voltada para o sentido político?

A autonomização das esferas de sentido se estriba diretamente num processo de secularização específico a que a esfera política submete a esfera religiosa. Cada uma delas possui significados e recursos pelos quais os atores sociais constroem suas identidades.

A secularização não é um fenômeno estritamente ligado à religião como se pode imaginar. Ao contrário, ela está ligada a um processo de racionalização voltado para esse mundo, o que torna suas ações mais impessoais, de maneira que a estreita vinculação da tese da secularização segue a companhia desse processo de racionalização jurídica e política.

O importante nessa constatação é a perda do sentido exterior ao mundo. A ação é cada vez mais inteligível pelas pessoas. Por isso, “o destino de nosso tempo, que se caracteriza pela racionalização, pela intelectualização e, sobretudo, pelo ‘desencantamento do mundo’ levou os homens a banirem da vida pública os valores supremos e mais sublimes” (Weber 2005:51). Em todas as atividades, na política e na ciência, como bem notou Weber, os indivíduos não se sacrificam por ideais. Ao contrário, voltam sua ação para o mundo quando buscam destaque agindo racionalmente em busca desse objetivo em ambos os campos. Numa analogia a *grosso modo*, pode-se dizer que na ciência o pesquisador deve produzir artigos e pesquisas para publicá-los, enquanto que na política o político deve angariar votos. A finalidade da ação não está nos valores supremos e mais sublimes, tais como o progresso científico ou a construção de um mundo melhor. Cada indivíduo depende do seu sucesso pessoal nessas áreas para sobreviver do seu trabalho. Portanto, é um equívoco associar estritamente a secularização com o processo de *sortie de la religion*, pois a religião não é a única esfera semântica da sociedade em que se constata o desapego aos valores.

Além disso, é importante salientar que se trata de um processo no mundo; uma constatação sociológica e não uma profecia (Pierucci 1998). Por se referir a processos sociais, a secularização da vida social não se manifesta da mesma forma em todos os contextos, nem com a mesma intensidade. A espacialidade e a temporalidade não são uniformes quanto à constatação desse processo nas diversas esferas semânticas da sociedade.

Em que sentido pode-se constata-la em relação à ação social de Crivella? Afinal, ele mesmo não disse: “Estou pregando o Evangelho e libertando os

escravos” (O Globo 2004a:2)? Todavia, a construção dos tipos ideais de que aqui nos valem como instrumentos (o político profissional, o senador, o bispo e o político ecumênico) apontou para formas de constituição distintas das identidades.

Não há uma única identidade religiosa mobilizada por Crivella, e o que se constatou foi justamente o oposto. Há diversas formas de se apresentar ao público, articulando discursos não explorados pela *Folha Universal*. As múltiplas identidades permitem afirmar que sua ação é secularizada, ou seja, não se volta a valores religiosos ou políticos mais sublimes, mas para a conquista – estrategicamente orientada – dos votos.

Crivella não está pregando o evangelho tanto quanto parece, mas arrecadando o máximo de votos possível. Isso porque há uma autonomização da esfera política e da religiosa. A esfera política se racionalizou e especializou pela variedade do público a quem os políticos se dirigem, sobretudo no caso específico dos cargos executivos em que há a eleição majoritária em que os votos a serem granjeados são os mesmos.

No caso de eleições para o legislativo, a representação de segmentos específicos é mais factível do que para os cargos do executivo. Desse modo, é correto afirmar que:

Ao contrário do que acontece nas eleições para cargos executivos, na luta por postos nos legislativos, os candidatos têm maior margem de autonomia em suas propostas políticas e na defesa de interesses corporativos, associativos e setoriais que podem representar abertamente. Em eleições proporcionais, de escolha personalizada dos candidatos, como as brasileiras, políticos podem eleger-se defendendo interesses de segmentos específicos da sociedade dos quais podem mesmo transformar-se em porta-vozes nos órgãos legislativos. E ao contrário do que acontece em disputas majoritárias, em que as probabilidades de vitória aumentam com a ampliação dos espaços de captação de votos, nas disputas proporcionais, a delimitação das bases de apoio pode significar precisamente a chance de permanecer na classe política na medida em que permite a conservação de um eleitorado fiel (Rodrigues 2002:115).

A disputa pelos cargos do executivo pressupõe, então, uma ação de captação de votos mais ampla de tal modo que sua ação não deve se mirar em segmentos específicos em busca de seus votos. Mas mesmo nas disputas para o legislativo, a secularização não deixa de ser verificada.

A elevação do patamar da disputa se refere objetivamente ao fato de que o candidato deve se esforçar para atingir aos mais diversos tipos de eleitor. A

construção das identidades reflete a evidência de que o eleitorado é extremamente heterogêneo. Aliás, se a ação de Crivella fosse dirigida pela religião, os votos pagãos não lhe interessariam, mas nessa esfera secular o voto vale o mesmo para cada eleitor. Isso significa que o voto não tem religião, ou seja, que todos eles interessam aos candidatos. É pertinente dizer nesse sentido que a profissionalização da disputa política, como constatação do processo de secularização nesse caso concreto, conduz à elaboração de estratégias políticas.

A ação de Crivella é basilarmente secular na medida em que ele recorre às identidades para aumentar seu espaço de captação de votos. Sua racionalidade é instrumental tanto quanto as dos outros candidatos tidos pela imprensa como seculares que se utilizam tão bem quanto ele da identidade do tipo bispo. Portanto, a esfera política é secular por atribuir um sentido racional e mundano à disputa eleitoral que é a busca pelo voto e com regras concorrenciais próprias às quais os empreendedores devem se submeter para ascender politicamente. Não se quer dizer que a busca de votos justifique todas as ações de modo que possa se fundamentar como um vale-tudo eleitoral. As eleições têm regras jurídicas e éticas que são observadas, porém uma ação desonesta tem seu sentido inteligível – não legitimado – na busca de votos.

Uma objeção, no entanto, deve ser levantada como hipótese para futuras questões: se o número de eleitores oriundos da IURD atingisse um patamar em que não fosse preciso disputar os votos pagãos, de tal maneira que o eleitorado iurdiano se tornasse suficiente para eleger “representantes de deus” no “poder dos homens”, nesse caso, dentro do âmbito dos respectivos candidatos iurdianos, a esfera política não teria mais nada de secular. Desse modo, a disputa eleitoral poderia prescindir de uma forma de captação de votos mais ampla em virtude do alcance – por ora, hipotético – de um número suficiente de votantes no seio da própria IURD para uma vitória eleitoral.

A multiplicação da concorrência e do mercado eleitoral faz com que a amplitude do espaço de captação de votos se alargue cada vez mais, aumentando, por conseguinte, a pluralidade de recursos e das fontes identitárias. Os tipos criados representaram apenas um nível possível de complexidade para a compreensão da identidade e através dessas ferramentas de análise foi possível depreender determinadas fontes de construção das identidades. Isso não quer dizer que eles sejam os únicos que trafegam na arena política. Ao contrário, acredito que possam existir mais. A construção dos tipos permitiu apenas, através de aproximações, apreender aquelas identidades, mas outras ferramentas teóricas podem descortinar um espectro muito mais complexo de identidades e recursos utilizados pelos candidatos.

A autonomia da esfera concerne ao sentido da ação que reduz todos os outros sentidos dados pelas identidades à significação secular, como as referências à IURD, ao PL, a sua condição de perseguido e a sua postura tolerante. Nessa

sseara cruzam-se diversos conteúdos e identidades. Sua autonomia é dada apenas como instrumento de compreensão da ação sociológica, não existindo um espaço concretamente dado na realidade em que se possa verificar a pureza do sentido da ação. Como foi afirmado, a complexidade está na forma de se compreender as coisas e não nas coisas em si.

A necessidade de se ascender politicamente faz com que a pluralidade de sentidos possíveis da ação seja secularizada através da atração de votos. Por outro lado, produz o efeito retroalimentador dessa dinâmica, pois, se há a redução do sentido, há também a busca incessante por mais maneiras de se identificar, ou seja, mais significações identitárias. Peter Berger (1999) explica que o processo de secularização e de pluralidade estão estreitamente correlacionados, de maneira que, como num ciclo de ações mútuas, a pluralidade produz a secularização que a produz, e ambas devem ser entendidas simultaneamente como processos complementares e coexistentes.

Não são macroprocessos que influenciam diversos níveis. A constatação da imbricação recíproca da pluralidade e da secularização na esfera política deve se ater ao objeto dessa pesquisa. Essa relação só faz sentido no caso estudado aqui. Não há uma lei geral ou uma estrutura social que me permita concluir para outros casos semelhantes. Assim, a pluralidade desfaz muitos preconceitos e temores dos jornalistas, políticos e de outras religiões. Caricaturalmente, a temida volta à teocracia ainda parece distante.

6. Conclusão

A formação da identidade de Crivella apontou para uma relação secularizada da esfera política com a religiosa. A partir da reconstrução do processo eleitoral nos jornais *Folha Universal* e *O Globo*, os tipos criados foram: o político profissional, o senador, o bispo e o político ecumênico. Esta construção foi possível através da separação entre duas categorias: a religião e a política.

Assim, foi possível descrever três recursos utilizados por cada um dos tipos e o sentido atribuído a estes instrumentos de formação da identidade. A partir dessa constatação, pôde-se inferir que as identidades individuais se erigiram do uso seletivo desses recursos, ou seja, que eles foram tática e pontualmente articulados para angariarem votos.

Em suma, as orientações da igreja têm um peso bem inferior ao que é suposto, ou seja, a identidade não funciona como uma estrutura determinante sobre o indivíduo. Com isso, Marcelo Crivella é entendido como um empreendedor de identidade na política e não para a IURD, uma vez que o sentido de suas ações está voltado para a esfera política e não para a religiosa. Em sua investida de propaganda e campanha eleitoral, sua posição na igreja não é afetada, mas sua carreira política, sim.

O fenômeno da secularização permite demonstrar a autonomia da esfera política e sua relação com a pluralidade de esferas semânticas na sociedade. Assim, a pluralidade engendra a secularização e vice-versa. Esses fenômenos são complementares na medida em que a religião se torna uma referência, tal como o são os partidos políticos. Não há uma só religião que disputa eleições, nem um único partido que se alia a uma determinada fé. Todos eles estão em concorrência, e por isso há estratégias de conquista de votos que intencionalmente suplantam os sentidos dados pelo discurso religioso ou pelo partidário. As identidades fragmentadas permitem que o senador e o bispo trafeguem ora de mãos dadas, ora separados, pelas arenas da fé religiosa e da persuasão política. E por se tratarem de fenômenos coexistentes e complementares, a ação religiosa iurdiana submete-se à regra concorrencial da ação política: alcança o poder, não aquele que salva almas, mas aquele que melhor angaria votos.

Referências Bibliográficas

- BAYART, Jean-François. (1996), *L'illusion identitaire*. Paris: Fayard.
- BERGER, Peter et al.. (1999), *The Desecularization of the World: Resurgent Religion and World Politics*. Washington: Ethics and Public Center; Michigan: William B. Eedermans Publishing Company.
- BOHN, Simone. (2004), "Evangélicos no Brasil: perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral". *Opinião Pública*, n° 2: 288-338.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (1998), "Ser católico: dimensões brasileiras – um estudo sobre a atribuição de identidade através da religião". In: V. Sachs (et al.). *Brasil & EUA: religião e identidade nacional*. Rio de Janeiro: Graal.
- BURITY, Joaíldo A. (2001), "Novos paradigmas e estudo da religião: uma reflexão anti-essencialista". *Religião e Sociedade*, v. 21, n. 1: 41-66.
- _____. (2002), "Mudança cultural, mudança religiosa e mudança política: para onde caminhamos?". In: _____. *Cultura e identidade: perspectivas interdisciplinares*. Rio de Janeiro: DP&A.
- FERNANDES, Rubem César et al.. (1998), *Novo nascimento: os evangélicos em casa, na igreja e na política*. Rio de Janeiro: Mauad.
- FILHO, Sylvio & GIL, Ana Helena. (2001), "Identidade religiosa e territorialidade do sagrado: notas para uma teoria do fato religioso". In: Z. Rosendhal; L. R. Corrêa. *Religião, identidade e território*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- FRESTON, Paul. (1992), "Evangélicos na política brasileira". *Religião e Sociedade*, v. 16, n. 3: 26-59.
- GIUMBELLI, Emerson. (2001), "A vontade do saber: terminologias e classificações sobre o protestantismo brasileiro". *Religião e Sociedade*, v. 21, n. 1: 87-120.
- _____. (2002), *O fim da religião: dilemas da liberdade religiosa no Brasil e na França*. São Paulo: Attar.
- JACOB, César Romero et al.. (2003), *Atlas da filiação religiosa e indicadores sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: PUC; São Paulo: Loyola.
- MAFRA, Clara. (1998), "A dialética da perseguição". *Religião e Sociedade*, v. 19, n. 1: 59-84.
- MARIANO, Ricardo. (2003), "A igreja Universal no Brasil". In: A. P. Oro; A. Corten; J. P. Dozon (orgs.). *Igreja Universal do Reino de Deus: os novos conquistadores da fé*. São Paulo: Paulinas.
- MARTIN, David. (1999), "The Evangelical Protestant Upsurge and Its Political Implications". In:

- P. L. Berger (et al.). *The Desecularization of the World: Resurgent Religion and World Politics*. Washington: Ethics and Public Center; Michigan: William B. Eedermans Publishing Company.
- ORO, Ari Pedro. (2003), "Igreja Universal: um poder político". In: A. P. Oro; A. Corten; J. P. Dozon (orgs.). *Igreja Universal do Reino de Deus: os novos conquistadores da fé*. São Paulo: Paulinas.
- _____. & SEMÁN, Pablo. (1999), "Neopentecostalismo e conflitos éticos". *Religião e Sociedade*, v. 20, n. 1: 39-54.
- PIERUCCI, Antônio Flávio. (1996), "Representantes de Deus em Brasília: A Bancada Evangélica na Constituinte". In: A. Pierucci et al. (orgs.). *A realidade social das religiões no Brasil: religião, sociedade e política*. São Paulo: Editora Hucitec.
- _____. (1998), "Secularização em Max Weber: da contemporânea serventia de voltarmos a acessar aquele velho sentido". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. nº 13. vol. 37. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69091998000200003&script=sci_arttext. Acessado em 18 de maio de 2012.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. (2002), *Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados*. São Paulo: EdUSP
- WEBER, Max. (2005), *Ciência e Política: duas vocações*. Tradução de Leônidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix.
- _____. (1999), *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: EdUNB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.

Referências de Jornais

- AUTRAN, Paula et al.. (2004a), "Bittar responde a César: 'Ele acusou o golpe e está com dor-de-cotovelo'". *O Globo*. Rio de Janeiro, 27 jun. Eleições 2004, p. 4.
- _____. (2004b), "TRE apreende 17 cestas básicas com nome de candidatos do PMDB". *O Globo*. Rio de Janeiro, 10 set. Eleições 2004, p. 4.
- BOTTARI, Elenilce & BRAGA, Giampaolo. (2004), "Justiça eleitoral manda tirar Record do ar por propaganda para Crivella". *O Globo*. Rio de Janeiro, 1 out. Eleições 2004, p. 4.
- BRAGA, Giampaolo. (2004a), "Corpo-a-corpo atlético no subúrbio". *O Globo*. Rio de Janeiro, 23 jul. Eleições 2004, p. 23.
- _____. (2004b), "Sem o PL, Crivella lança programa de governo". *O Globo*. Rio de Janeiro, 9 set. Eleições 2004, p. 10.
- CRIVELLA, Marcelo B. (2004a), "Não misturo política com religião, diz Crivella". *O Globo*. Rio de Janeiro, 24 set. Eleições 2004, p. 8.
- _____. (2004b), "Nota oficial à imprensa". *Folha Universal*. Rio de Janeiro, 29 ago/ 4 set, nº 647, p. 3A.
- _____. (2004c), "Sem passar a limpo". *O Globo*. Rio de Janeiro, 28 set. Megazine, p. 13.
- DAFLON, Rogério. (2004), "Mulher de Crivella é salva de assalto por segurança de Lindberg Farias". *O Globo*. Rio de Janeiro, 15 set. Eleições 2004, p. 4.
- FRAGA, Plínio. (2004), "Disputa no Rio envolve Pan e evangélicos". *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 27 jun. Eleições, p. 1.
- FOLHA UNIVERSAL. (2004a), "Vejo que o povo se sente desamparado". Rio de Janeiro, 18-24 jul. Geral, p. 4A.
- _____. (2004b), "Surpresa no presente, esperança no futuro". Rio de Janeiro, 10-16 out. Geral, p. 7A.
- HELENA, Letícia (et al.). (2004), "Começa a campanha milionária". *O Globo*. Rio de Janeiro, 15 ago. Eleições 2004, p. 3.
- LAMEGO, Cláudia & MARQUES, Toni. (2004), "Candidatos elogiam o bom nível da discussão".

- O *Globo*. Rio de Janeiro, 2 jul. Eleições 2004, p. 8.
- MACEDO, Edir. (2004), "A proteção divina". *Folha Universal*. Rio de Janeiro, 15-21ago, nº 645, p. 2A.
- MARQUEIRO, Paulo. (2004), "Na despedida, candidatos disputam indecisos". O *Globo*. Rio de Janeiro, 30 set. Eleições 2004, p. 5.
- MARQUES, Toni & AUTRAN, Paula. (2004), "César se lança contra ataques". O *Globo*. Rio de Janeiro, 28 jun. Eleições 2004, p. 3.
- MARQUES, Toni. (2004), "Parábola da engenharia armada pela fé". O *Globo*. Rio de Janeiro, 2 jul. Eleições 2004, p. 4.
- O GLOBO. (2004a), "Frases da semana". Rio de Janeiro, 3 out, p. 2.
- _____. (2004b), "Na semana final, todos vão para cima de César". Rio de Janeiro, 26 set. Eleições 2004, p. 8.
- OTÁVIO, Chico & AUTRAN, Paula. (2004a), "Candidatos embarcam na crítica aos transportes". O *Globo*. Rio de Janeiro, 2 jul. Eleições 2004, p. 5.
- _____. (2004b), "Difícil vai ser cumprir". O *Globo*. Rio de Janeiro, 2 jul. Eleições 2004, p. 3.
- ROCHA, Carla. (2004), "Legião de fiéis da universal panfleta para Crivella". O *Globo*. Rio de Janeiro, 29 set. Eleições 2004, p. 11.
- _____. & MENEZES, Maia. (2004), "Conde e Crivella agora travam disputa acirrada na Zona Oeste pelo 2º lugar". O *Globo*. Rio de Janeiro, 30 set. Eleições 2004, p. 4.

Recebido em agosto de 2011
Aprovado em outubro de 2011

Pedro Heitor Barros Geraldo (pedroheitorbg@yahoo.com.br)
Doutor em Ciência Política pela Université Montpellier 1 – França; Atualmente, é pesquisador de Pós-doutorado do InEAC (Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos) e Pesquisador Associado do CEPEL – Centre d'Études Politiques de l'Europe Latine (Université Montpellier 1 – França). Além disso, é Professor do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito (PPGSD-UFF).

Resumo:

O senador e o bispo: as estratégias de construção identitária nas eleições municipais cariocas de 2004

Este artigo analisa o processo de construção identitária de Marcelo Crivella (então senador da República, eleito em 2002 pelo Partido Liberal, e bispo da Igreja Universal do Reino de Deus) em sua campanha para o cargo de prefeito da cidade do Rio de Janeiro nas eleições de 2004 a partir da pesquisa do processo eleitoral nos jornais *Folha Universal* e *O Globo*. A observação de três tipos de recursos discursivos utilizados pelas publicações referidas indica, em sua orientação para a disputa política, a ocorrência de uma identidade fragmentária referente ao candidato. Tal processo explica-se no âmbito religioso como uma consequência do fenômeno da secularização e aponta para a autonomia da esfera política e sua relação com a pluralidade de esferas semânticas na sociedade.

Palavras-chave: identidade, campanha eleitoral, imprensa, secularização.

Abstract:

The Senator and the Bishop: The Strategies of Identity Construction in Rio de Janeiro's Municipal Elections in 2004

This article analyses the Marcelo Crivella (then Senator, elected in 2002 by the Liberal Party and bishop of Universal Church of the Kingdom of God) identity process of construction in his campaign for Rio de Janeiro's mayor by researching the electoral process on the presses *Folha Universal* and *O Globo*. The observation is about three types of discourse oriented to political dispute on these presses points to a fragmentary identity of the candidate. This is explained by the secularization phenomenon process of religious sphere and the political sphere autonomy and the relationship with semantic spheres in society plurality.

Keywords: identity, election campaign, press, secularization.